



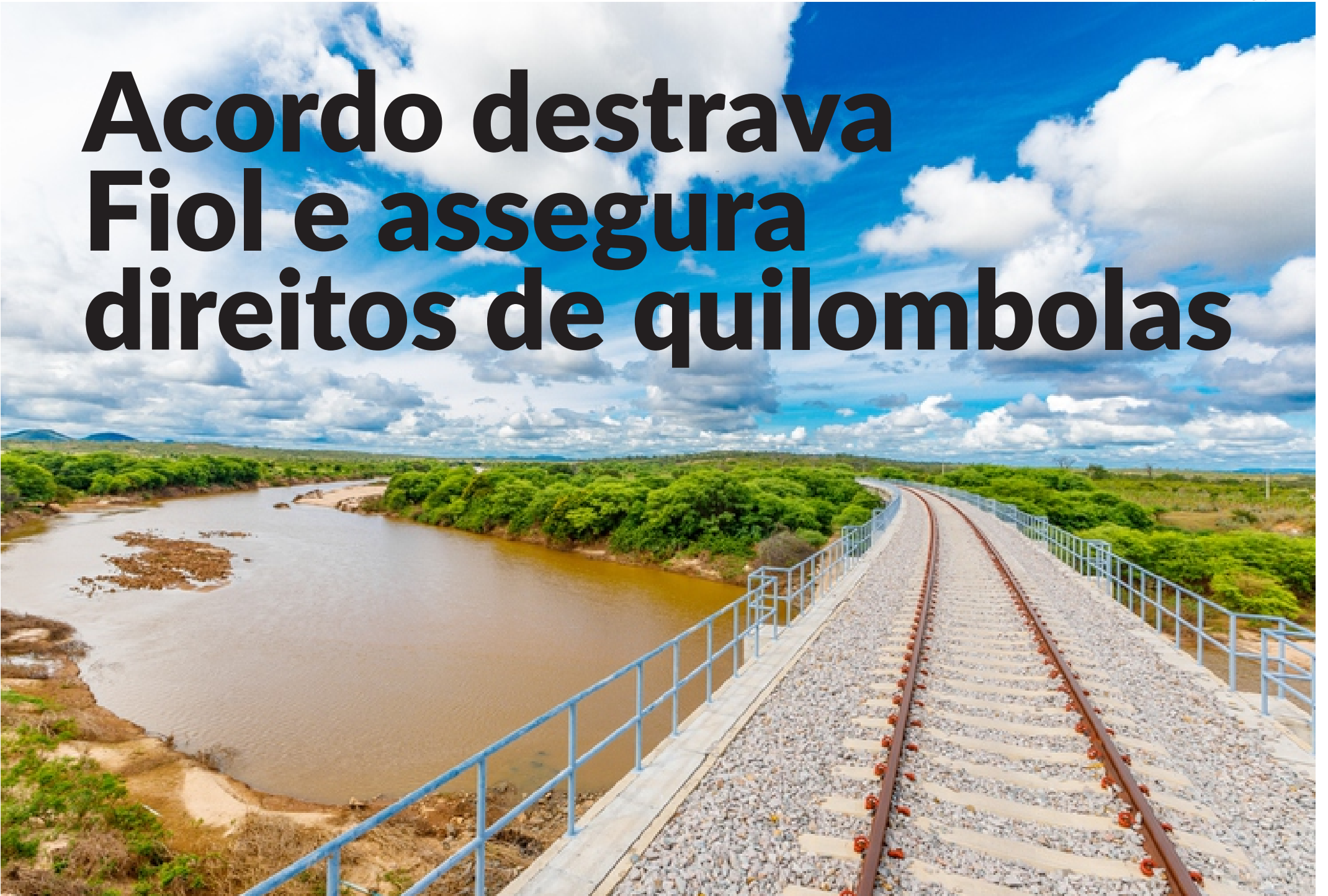
portalbenews.com.br

FERROVIAS Ministério dos Transportes regulamenta chamamento público para uso da malha ▶ **p4**

SETOR AÉREO Aviação doméstica cresce 6% em novembro e supera 8 milhões de passageiros ▶ **p5**

Divulgação/ANTT

Acordo destrava Fiol e assegura direitos de quilombolas



Com R\$ 105 milhões destinados ao Inbra, pacto garante avanço da ferrovia e preservação de comunidades afetadas ▶ **p4**

Divulgação/Governo do Piauí



Piauí prevê extrair mais de 1 milhão de toneladas de minério de ferro em 2025 ▶ **p6**

BOLETIM FOCUS Mercado eleva projeção da economia brasileira para 3,49% neste ano ▶ **HUB**

MARANHÃO-TOCANTINS Dnit abre sindicância para apurar tragédia na ponte Juscelino Kubitschek ▶ **p3**

RIO GRANDE DO SUL Rio Grande bate recorde histórico de movimentação de cargas em novembro ▶ **p6**

EDITORIAL

Enfim, o acordo

A assinatura do acordo que viabiliza a retomada das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), ocorrido no último dia 19, conciliando os interesses do desenvolvimento econômico com a proteção dos direitos das comunidades quilombolas, é um importante passo para a infraestrutura de transportes brasileira. Esse acordo, demonstra a possibilidade de conciliar diferentes interesses e construir soluções que beneficiem a todos os envolvidos.

A Fiol é um projeto estratégico para o País, com potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico de diversas regiões, especialmente no que diz respeito ao escoamento da produção agrícola. A ferrovia ligará importantes centros produtores do Centro-Oeste aos portos do Nordeste, facilitando o acesso ao mercado internacional e reduzindo os custos de transporte.

No entanto, a construção da ferrovia também gerou conflitos com comunidades tradicionais, como as quilombolas, que tiveram suas terras afetadas pelo empreendimento. A suspensão das obras, determinada pela Justiça, evidenciou a necessidade de encontrar uma solução que garantisse os direitos dessas comunidades e, ao mesmo tempo, permitisse a continuidade do projeto.

O acordo firmado entre as partes demonstra que o diálogo e a negociação são ferramentas essenciais para a resolução de conflitos complexos. Ao destinar recursos para a regularização fundiária das comunidades quilombolas, o Governo demonstra seu compromisso com a justiça social e com a proteção dos direitos humanos.

A retomada das obras da Fiol é uma notícia positiva para o País, mas é fundamental que o Governo acompanhe de perto a execução do projeto, garantindo que os impactos ambientais e sociais sejam minimizados. Além disso, é preciso garantir que as comunidades quilombolas tenham acesso aos recursos e ao apoio técnico necessários para se adaptarem às mudanças causadas pela ferrovia.

Em suma, o acordo que viabiliza a retomada das obras da Fiol representa um passo importante para o desenvolvimento do Brasil. Ao conciliar os interesses do desenvolvimento econômico com a proteção dos direitos das comunidades tradicionais, o Governo demonstra sua capacidade de encontrar soluções justas e equilibradas. É fundamental que esse modelo seja seguido em outros projetos de infraestrutura, garantindo que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável e inclusiva.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 6 Piauí prevê extrair mais de 1 milhão de toneladas de minério de ferro em 2025

HUB

- 3 Mercado eleva projeção da economia brasileira para 3,49% neste ano

NACIONAL

- 3 Dnit abre sindicância para apurar tragédia na ponte JK
- 4 Acordo viabiliza retomada da Fiol e garante direitos quilombolas

Ministério dos Transportes regulamenta chamamento público para uso de ferrovias

- 5 Aviação doméstica cresce 6% em novembro e supera 8 milhões de passageiros

REGIÃO SUL

- 6 Rio Grande bate recorde histórico de movimentação de cargas em novembro



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacynara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp
e Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



Dnit abre sindicância para apurar tragédia na ponte JK

Investigação irá coletar provas técnicas e documentos para apurar causas e responsabilidades. Bombeiros confirmam quatro mortes

Divulgação/Governo do Maranhão



O Corpo de Bombeiros do Maranhão atualizou os números da operação de busca pelos desaparecidos e confirmou a morte de quatro pessoas, sendo três mulheres e um homem

Economia em crescimento 1

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 3,42% para 3,49%. A estimativa está no Boletim Focus desta semana, pesquisa divulgada pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos. Com o resultado do terceiro trimestre superando as projeções, o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no País) cresceu 0,9% na comparação com o segundo trimestre, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta acumulada no ano, de janeiro a setembro, é 3,3%. Em 2023, o PIB do Brasil cresceu 3,2%.

Economia em crescimento 2

O próprio Banco Central também revisou a sua estimativa para o crescimento da economia em 2024, de 3,2% para 3,5%, após a "surpresa positiva" dos dados do terceiro trimestre.

Economia em crescimento 3

Para 2025, a expectativa do mercado financeiro para o PIB varia de 2,01% para 2,02%. Para 2026 e 2027, os economistas projetam expansão do PIB em 1,9% e 2%, respectivamente. A previsão de cotação do dólar está em R\$ 6 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,90.

Inflação acima do teto 1

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - em 2024 passou de 4,89% para 4,91%. A estimativa está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Inflação acima do teto 2

O BC também já admitiu o estouro da meta em 2024 e afirmou que a chance de a inflação oficial superar o teto da meta em 2025 é 50%.

Inflação acima do teto 3

Para 2025, a projeção do mercado para a inflação subiu de 4,6% para 4,84%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 4% e 3,8%, respectivamente.

Inflação acima do teto 4

Em novembro, puxada principalmente pelos gastos com alimentos, a inflação no país foi de 0,39%, após o IPCA ter registrado 0,56% em outubro. De acordo com o IBGE, em 12 meses a inflação acumula 4,87%.

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br
Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) abriu na terça-feira (24) uma sindicância para investigar as causas e responsabilidades do desabamento da ponte Juscelino Kubitschek. A estrutura, localizada na BR-226 e que liga os estados do Tocantins e Maranhão, desmoronou no domingo (22).

A ponte conecta os municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO). Na tarde de domingo, o vão central da estrutura, com 533 metros de extensão, cedeu, derrubando pelo menos 10 veículos, entre eles quatro caminhões, três carros de passeio e três motocicletas.

As investigações terão início na quinta-feira (26). Segundo Fabrício Galvão, diretor-geral do Dnit, "toda a comissão vai se deslocar para o local do desabamento e começará a fazer a coleta dos documentos necessários para as apurações. Inclusive pretendemos acionar órgãos externos ao Dnit para participarem dos trabalhos".

A comissão de sindicância está encarregada de reunir informações, solicitar documentos de diferentes esferas administrativas e analisá-los junto com outras evidências. Entre

as medidas previstas estão provas técnicas, como ensaios e visitas ao local, para determinar as causas do desabamento e apurar eventuais responsabilidades. O prazo para conclusão é de 120 dias.

Conforme o Ministério dos Transportes, a sindicância foi instaurada por determinação do ministro Renan Filho.

Também na terça-feira, a Polícia Federal informou que iniciou investigações para apurar as responsabilidades da queda da via.

"As diligências preliminares serão conduzidas pelas Superintendências Regionais da Polícia Federal no Maranhão (SR/PF/MA) e no Tocantins (SR/PF/TO). Além disso, um procedimento de investigação precedente foi instaurado e policiais federais já foram deslocados para coletar dados e evidências sobre o caso. As equipes também irão avaliar a multidisciplinariedade das perícias necessárias e identificar demandas de equipamentos técnicos para aprofundar as investigações", informou a PF por meio de nota.

Buscas

O Corpo de Bombeiros do Maranhão atualizou na terça-feira os números da operação de busca pelos desaparecidos após a queda da ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira. De acordo com a corporação, está confirmada a morte de quatro

pessoas (três mulheres e um homem). Outras 13 pessoas continuam desaparecidas.

Caminhões que caíram da ponte provocaram a contaminação da água do Rio Tocantins e a interrupção do fornecimento de água para os moradores da região. Uma das carretas estava carregada de ácido sulfúrico.

Além dos bombeiros, o Governo Federal solicitou apoio de resgate de mergulhadores da Marinha do Brasil. Os profissionais auxiliam na busca pelos desaparecidos no Rio Tocantins e nos escombros.

Rotas alternativas

Desde a queda da ponte, o Dnit tem orientado motoristas a utilizar rotas alternativas, uma vez que o trecho continua completamente interditado para a passagem de veículos.

"Os usuários devem acessar a estrada que vai de Darcinópolis/TO a Luzinópolis/TO, chegar na BR-230/TO e seguir até o km 101 (cidade de São Bento/TO). Em seguida pegar a direita, sentido Axixá/TO e Imperatriz/MA. Maranhão: Os usuários devem acessar a BR-226/MA em Estreito/MA até Porto Franco/MA. De Porto Franco/MA os usuários devem seguir pela BR-010/MA até Imperatriz/MA", informou o Dnit por meio de nota.

Reconstrução

O Ministério dos Transportes

“**TODA A COMISSÃO VAI SE DESLOCAR PARA O LOCAL DO DESABAMENTO E COMEÇARÁ A FAZER A COLETA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA AS APURAÇÕES. INCLUSIVE PRETENDEMOS ACIONAR ÓRGÃOS EXTERNOS AO DNIT PARA PARTICIPAREM DOS TRABALHOS**”

FABRÍCIO GALVÃO
diretor-geral do Dnit

também publicou na terça-feira uma portaria que decreta emergência para reconstrução da ponte Juscelino Kubitschek. Segundo o Governo Federal, o documento vai permitir a contratação, ainda neste ano, da empresa que ficará responsável pelo projeto e também pela execução das obras.

A pasta afirma ainda que o documento vai viabilizar um processo administrativo mais célere, que vai agilizar todo o processo burocrático para contratação da empresa e destinação dos recursos.

NACIONAL

Acordo viabiliza retomada da Fiol e garante direitos quilombolas

Com R\$ 105 milhões destinados ao Incra, pacto garante avanço da ferrovia e preservação de comunidades afetadas

Divulgação/Governo Federal

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Advocacia-Geral da União (AGU) firmou um acordo que permitirá a retomada das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), além de assegurar a titulação de terras de comunidades quilombolas impactadas pelo empreendimento. O pacto destina R\$ 105 milhões ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a regularização fundiária das áreas afetadas.

Homologado na última quinta-feira (19) pelo juiz federal Wilton Sobrinho da Silva, da Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa (BA), o acordo foi construído com a participação do Incra, Ministério Público Federal (MPF), Infra SA — empresa pública federal vinculada ao Ministério dos Transportes —, Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de associações quilombolas.

A Fiol, que faz parte do



A Fiol, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), vai interligar os estados do Tocantins, Maranhão, Goiás e Bahia aos portos de Ilhéus (BA) e Itaqui (MA)

Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), vai interligar os estados do Tocantins, Maranhão, Goiás e Bahia aos portos de Ilhéus (BA) e Itaqui (MA). Porém, três ações judiciais movidas pela Infra SA aponta-

ram a necessidade de desapropriação de áreas para a viabilização do projeto. Durante os processos, foi constatado o impacto às comunidades quilombolas de Rio das Rãs, Nova Batalhinha, Bebedouro, Lagoa do

Peixe e Araçá-Volta, levando a Justiça a suspender as imissões de posse e paralisar as obras.

A partir daí, iniciou-se um diálogo entre as partes, resultando, após um ano, em uma solução consensual.

Compensações

O plano acordado prevê que a Infra SA destinará R\$ 105 milhões para custear a regularização fundiária das comunidades atingidas. Com isso, o Incra poderá concluir os processos de titulação, garantindo os direitos territoriais das comunidades quilombolas. Em contrapartida, a empresa está autorizada a retomar a posse das áreas e dar prosseguimento à construção da ferrovia.

Para a coordenadora-geral Jurídica de Territórios Quilombolas da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra, Patrícia Rossato, o acordo demonstra como é possível conciliar desenvolvimento econômico com o respeito aos direitos das comunidades tradicionais. “Essa construção consensual foi o melhor caminho para todos, preservando o patrimônio cultural e viabilizando o crescimento do país”, disse.

O pacto também encerra uma ação civil pública que cobrava do Incra prazos para a regularização fundiária de algumas comunidades envolvidas.

Ministério dos Transportes regulamenta chamamento público para uso de ferrovias

Medida, que visa aumentar a eficiência da malha ferroviária federal, visa abrir oportunidades para novos operadores

Elizabete Guimarães/ALMG

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério dos Transportes anunciou as regras para o chamamento público, regulamentando a Lei nº 14.273, conhecida como Marco Legal das Ferrovias. A medida foi publicada no Diário Oficial da União na última sexta-feira (20) e tem como objetivo aprimorar o uso da malha ferroviária federal, alinhando-se às diretrizes da Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários.

Diferente do modelo tradicional de autorização, em que o Governo Federal responde a propostas de construção de novas ferrovias, o chamamento público inverte a dinâmica. O Governo identifica trechos ferroviários disponíveis e abre espaço para o mercado manifes-



Para o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, a resolução abre espaço para novos players do setor que estejam interessados em operar trechos ociosos

tar interesse em operá-los. Esse novo procedimento visa atrair novos operadores para revitalizar ou explorar trechos ociosos,

promovendo uma utilização mais eficiente desses ativos.

De acordo com as novas normas, o Ministério dos Trans-

portes será responsável pela criação e divulgação dos editais, além de conduzir todas as etapas do processo. O chama-

mento público também pode ser aplicado a ferrovias desativadas, devolvidas ou ainda não implantadas.

“A resolução abre espaço para novos players do setor ferroviário que estejam interessados em operar trechos ociosos da malha ferroviária federal. Neste sentido, vamos permitir novas oportunidades de utilização dos nossos ativos ferroviários, gerando emprego e renda. Sem dúvida, esta é uma ferramenta institucional para identificar oportunidades de reativação de trechos hoje ociosos”, afirmou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro.

Aviação doméstica cresce 6% em novembro e supera 8 milhões de passageiros

Desempenho mensal é o segundo melhor desde o início da série histórica, ficando atrás apenas de novembro de 2019

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

de Verão. Na comparação com o ano passado, a opção por viagens de avião cresceu quatro pontos percentuais, saindo de 23% na temporada passada para 27%. Então, pegar um voo para um destino brasileiro está cada vez mais dentro da realidade da população”, afirmou o ministro do Turismo, Celso Sabino.

A ponte aérea Rio-São Paulo segue como a mais movimentada, com 328,5 mil passageiros em novembro, refletindo a alta demanda por esse trajeto, um dos mais importantes para o mercado aéreo brasileiro. Também se destacaram as rotas São Paulo-Brasília e São Paulo-Porto Alegre, com 210,8 mil e 171,9 mil passageiros, respectivamente.

Os principais aeroportos do país acompanharam a tendência de alto movimento, com destaque para Guarulhos (SP),



Tânia Régo/Agência Brasil

Para o Ministério do Turismo, esse desempenho positivo do setor aéreo em novembro é um reflexo de um mercado aquecido e com boas perspectivas de crescimento para os próximos meses, especialmente com as festividades de fim de ano e a alta ocupação dos principais aeroportos e rotas do país.

Temporada 2025

De acordo com a pesquisa, mais de um terço (35%) dos brasileiros planeja viajar a lazer entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, totalizando 59 milhões de passageiros

De acordo com a pesquisa, mais de um terço (35%) dos brasileiros planeja viajar a lazer entre dezembro deste ano e fevereiro de 2025, totalizando 59 milhões de passageiros

Congonhas (SP) e Brasília (DF), que juntos somaram mais de 5,5 milhões de passageiros. Guarulhos, o maior terminal internacional e doméstico do Brasil, manteve-se como o mais movimentado, seguido por Congonhas, especializado em voos domésticos, e Brasília, que conecta todas as 26 capitais do país.

Os aeroportos regionais também desempenharam papel relevante na conectividade nacional, com destaque para o Aeroporto Internacional de Belém (PA), o Aeroporto Internacional do Recife (PE), o Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), o Aeroporto Internacional de Brasília e o Aeroporto de Guarulhos.

O mercado doméstico de aviação no Brasil teve um aumento de 6% em novembro, superando 8 milhões de passageiros. Esse é o segundo melhor desempenho mensal registrado desde o início da série histórica, ficando atrás apenas de novembro de 2019. As informações são parte da pesquisa inédita Tendências de Turismo Verão 2025 - comportamento da população brasileira, realizada pelo Ministério do Turismo em parceria com a Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados.

“O setor aéreo está bem aquecido e promete um crescimento significativo nas férias



A TV BE NEWS AMPLIOU SEU ALCANCE!

SOMOS MAIS DE 30 MIL INSCRITOS NO YOUTUBE!

Acompanhe em:

 @tv_benews

 www.portalbenews.com.br







REGIÃO NORDESTE

Piauí prevê extrair mais de 1 milhão de toneladas de minério de ferro em 2025

Com mais de 500 mil toneladas exportadas em 2024, estado aposta na diversidade mineral e outros fatores para continuar crescendo no setor

Divulgação/Governo do Piauí

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A descoberta de depósitos minerais e o avanço de projetos voltados à exploração das riquezas naturais têm gerado impactos positivos em cerca de 21% do estado do Piauí. O cenário tem animado o Governo Estadual, que projeta para 2025 a extração de mais de um milhão de toneladas de minério de ferro. Neste ano, o Piauí exportou mais de 500 mil toneladas do produto, solidificando sua posição no setor.

O estado é rico em diversidade mineral, destacando-se pelo níquel, com algumas das maiores reservas do país, localizadas principalmente em São João do Piauí e Capitão Gervásio Oliveira. O Projeto Santa Fé, desenvolvido por empresas de mineração, foca na exploração desse minério.

A extração de ferro ocorre principalmente em Paulistana e Curral Novo do Piauí, com depósitos em Piripiri, onde a explo-



Mineração na cidade de Piripiri: a expansão da mineração tem impulsionado as exportações do estado, que vem investindo em infraestrutura e logística, assim como empresas privadas

ração é intensa. A produção visa tanto o mercado externo quanto o abastecimento interno. O fosfato, encontrado em grande quantidade na região de Simplício Mendes, tem potencial para a fabricação de fertilizantes agrícolas. Gilbués se destaca pela qualidade do manganês,

enquanto Pedro II é reconhecida como uma das maiores fontes de opala no Brasil. O Piauí também possui grandes reservas de calcário, especialmente em Antônio Almeida e Morro Cabeça no Tempo, utilizado na produção de cimento e em outros processos industriais.

Além disso, as cidades de Lagoa do Piauí e Monsenhor Gil possuem depósitos de diabásio.

“A expansão da mineração no Piauí representa desenvolvimento econômico e social, com impactos positivos em diversas áreas, como geração de emprego e renda, aumento na arrecadação, desenvolvimento regional e local”, afirma Bruno Casanova Cerullo, superintendente de Mineração e Energias Renováveis da Secretaria Estadual de Planejamento.

A expansão da mineração tem impulsionado as exportações do estado, consolidando sua relevância no mercado global de minérios. Com foco nesse crescimento, tanto o Governo Estadual quanto empresas privadas têm investido em infraestrutura e logística para viabilizar a exploração e o escoamento dos recursos. A Ferrovia Transnordestina é vista como essencial para o escoamento da produção.

Para 2025, está prevista a extração de níquel em São Raimundo Nonato e de minério de ferro no norte do estado, partindo de Piripiri em direção a Caxingó.

O Piauí também apresenta grande potencial para a exploração de água subterrânea e fósforo, utilizado na agricultura, além de estudos promissores na Bacia do Rio Parnaíba, com indícios de gás natural.

REGIÃO SUL

Rio Grande bate recorde histórico de movimentação de cargas em novembro

Porto gaúcho alcançou sua maior movimentação de cargas para o mês em 10 anos, superando 4 milhões de toneladas

Divulgação/Portos RS

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

As principais origens das importações foram China (1.357.468 toneladas), Argentina (1.726.589 toneladas), Estados Unidos (857.539 toneladas) e Rússia (659.456 toneladas). “Esse resultado é reflexo de todas as ações do processo de recuperação gaúcho após calamidade. Além disso, demonstra a concretização do fortalecimento da Portos RS como hub logístico”, afirmou Cristiano Klinger, presidente da Autoridade Portuária.

Entre os produtos mais movimentados, destacam-se soja em grão, farelo de soja, celulose e cloreto de potássio, consolidando o Porto do Rio Grande como um dos principais polos logísticos para o escoamento de



O Porto do Rio Grande alcançou sua maior movimentação de cargas para o mês em 10 anos, com um total de 4.140.041 toneladas, alta de 117% em relação a novembro de 2014

A Portos RS, Autoridade Portuária que administra os portos públicos do Rio Grande do Sul, divulgou nesta semana os números de novembro do maior complexo do estado, no Rio Grande. O porto alcançou sua maior movimentação de cargas para o mês em 10 anos, com um total de 4.140.041 toneladas. Esse volume representou um aumento de 117% em comparação com novembro de 2014, quando foram movimentadas 1.909.345 toneladas.

commodities e produtos essenciais à economia nacional.

“Esse resultado é mais uma demonstração de como o Estado trabalha para se recuperar, é

um resultado histórico. E o Porto do Rio Grande, assim como o Porto de Pelotas e o de Porto Alegre, tem uma importância estratégica para a economia do Rio Grande do Sul”, res-

saltou o secretário de Logística e Transportes, Juvir Costella.

Em nota, a Portos RS afirmou que a movimentação recorde de novembro reflete a eficiência das operações portuárias e o compromisso da Autoridade Portuária em otimizar a infraestrutura e atrair novas demandas. “Esse desempenho reforça o Porto do Rio Grande como um eixo estratégico para o comércio exterior, contribuindo diretamente para a economia do Rio Grande do Sul e fortalecendo as cadeias logísticas nacionais”.